



Sínodo da Amazônia, diálogo intercultural e inter-religioso e solidariedade: conhecendo os Mbya Guarani

Synod of Amazonia, intercultural and interreligious dialogue and solidarity: getting to know the Mbya Guarani

JORGE TARACHUQUE^a

WALDIR SOUZA^b

Resumo

Este texto na perspectiva do Sínodo da Amazônia acontece num contexto de extrema relevância tendo em vista a realidade dos graves impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais nesta região que compreende nove países da América do Sul. Traz a Igreja e sociedade o desafio de se conhecer mais profundamente os povos originários e as comunidades tradicionais para uma ação efetiva e engajada de solidariedade profética aos Povos Indígenas e aos Povos da Floresta. Neste propósito de conhecer as culturas, opta-se por adentrar na cultura de um desses povos, cujo *ethos* é caminhar em busca da Terra Sem Males, o povo Mbya Guarani, que pelo próprio modo de ser, marca presença em seus territórios tradicionais, do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo, (RS, SC, PR, SP, RJ e ES) e posteriormente chegando também no Pará, além da Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. O povo Mbya Guarani sobreviveu há mais de 500 anos ao projeto

^a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba, PR, Brasil. Mestre em Teologia, e-mail: jorgetarachuque@outlook.com

^b Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba, PR, Brasil. Doutor em Teologia, e-mail: waldir.souza@pucpr.br

colonizador e tem resistido ao projeto neo-colonizador com muita sabedoria. Além disso, pode nos ensinar o Bem Viver onde aconteça o respeito à Mãe Terra, a harmonia e interação do ser humano e a biodiversidade da Casa Comum.

Palavras-chave: Sínodo Amazônico. Mbya Guaraní. Política etnocida.

Abstract

This text is in perspective of the Synod of Amazon and it happens in a context of extreme relevance in view of the grave social, economic, cultural and environmental impacts in this area that contains nine countries of South America. And that brings to the Church and to society the challenge of knowing more deeply the original people and its traditional communities in order to create an effective action and prophetic solidarity with the Indigenous and the Forest people. In this attempt to know these cultures, the option is to reveal more about the culture of one of these people whose ethics is to march in the search of the earth without evils, the Mbya Guaraní people who by its very nature mark presence in their traditional territories from the states of Rio Grande do Sul to Espírito Santo (RS, SC, PR, RJ, ES) and afterwards arriving in Pará and also in Argentina, Uruguay, Paraguay and Bolivia. The Mbya Guaraní people survived for more than 500 years the colonizing project and have resisted the neo-colonizing project with much wisdom. They can teach us the respect for Mother-Earth, harmony and interaction of the human being and the biodiversity of our Common Home Earth.

Keywords: Amazonian Synod. Mbya Guaraní. Politics Ethnocidal.

Introdução

Um caráter gerador de esperança e relevância deste Sínodo Amazônico dá-se pela interlocução com os historicamente colocados à margem e até mesmo esquecidos. Se propõe à “escuta dos povos e da terra por parte de uma Igreja chamada a ser cada vez mais sinodal, começa entrando em contato com a realidade contrastante de uma Amazônia repleta de vida e sabedoria” (IL, n. 5, 2019, p. 1) cujo “clamor provocado pela deflorestação e pela destruição extrativista, reclama uma conversão ecológica integral” cuja raiz inicia especialmente no escutar os povos indígenas ou povos originários. Ao mesmo tempo que traz para a Igreja o apelo a conversão ecológica, impulsiona ao diálogo intercultural e inter-religioso com os Povos originários destas terras que hoje chamamos Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana

Francesa. Nesta vasta região com mais de 7 milhões de km² habitam mais de 34 milhões de pessoas, das quais em torno de 3 milhões pertencem a diversos Povos Indígenas. Há pelo menos 340 idiomas falados pelos povos sobreviventes do projeto colonizador.

A presença dos não-índios, situados nas terras originárias dos povos indígenas e sua pluralidade cultural, deu-se de forma violenta e etnocida. Os Povos sobreviventes do projeto colonial buscaram no interior da floresta sua luta e resistência, onde agora sofre novo impacto de uma política etnocida e ecocida.

Deste modo, faz-se necessário uma nova postura que proporcione respeito aos povos originários e novas atitudes de aprendizado voltados ao modo de ser, história de lutas e resistências, cultura e cosmologia. Beber nas fontes da sabedoria dos povos indígenas é um reaprender a ser humano. Nesta perspectiva continental, este artigo aborda um povo por sua característica e *ethos*, percorre também a região amazônica, como é o caso dos Mbya Guarani, enfocando sua realidade e enfrentamentos na sobrevivência física e cultural.

Sínodo e os desafios constatados no *Instrumentum Laboris*

No entanto, a experiência dos Mbya Guarani lança luzes para a realidade amazônica como relata o *Instrumentum Laboris* (2019),

a vida na Amazônia está ameaçada pela destruição e exploração ambiental, pela violação sistemática dos direitos humanos elementares da população amazônica. De modo especial a violação dos direitos dos povos originários, como o direito ao território, à autodeterminação, à demarcação dos territórios e à consulta ao consentimento prévio. Segundo as comunidades participantes nesta escuta sinodal, a ameaça à vida deriva de interesses econômicos e políticos dos setores dominantes da sociedade atual, de maneira especial de empresas extrativistas, muitas vezes em conivência, ou com a permissividade dos governos locais, nacionais e das autoridades tradicionais (dos próprios indígenas). Como afirma o Papa Francisco, quem persegue tais interesses pareceria estar desligado, ou ser indiferente aos clamores dos pobres e da terra (n. 49 e 91).

Segue importante constatação como resultado da consulta sinodal publicada na *Instrumentum Laboris* (2019), n. 15.

Em conformidade com aquilo que sobressai das múltiplas consultas realizadas em muitas das regiões amazônicas, as comunidades consideram que a vida na Amazônia está ameaçada sobretudo: (a) pela criminalização e assassinato de líderes e defensores do território; (b) pela apropriação e privatização de bens da natureza, como a própria água; (c) por concessões madeireiras legais e pela entrada de madeireiras ilegais; (d) pela caça e pesca predatórias, principalmente nos rios; (e) por megaprojetos: hidrelétricas, concessões florestais, desmatamento para produzir monoculturas, estradas e ferrovias, projetos mineiros e petroleiros; (f) pela contaminação ocasionada por todas as indústrias extrativistas que causam problemas e enfermidades, principalmente para as crianças e os jovens; (g) pelo narcotráfico; (h) pelos consequentes problemas sociais associados a tais ameaças, como o alcoolismo, a violência contra a mulher, o trabalho sexual, o tráfico de pessoas, a perda de sua cultura originária e de sua identidade (idioma, práticas espirituais e costumes) e todas as condições de pobreza às quais estão condenados os povos da Amazônia.

Na atualidade, conforme revela a *Instrumentum Laboris* (2019) n. 16, um quadro grave de agressões à Casa Comum, como consta:

A mudança climática e o aumento da intervenção humana (desmatamento, incêndios e alteração no uso do solo) estão levando a Amazônia rumo a um ponto de não-retorno, com altas taxas de desflorestação, deslocamento forçado da população e contaminação, pondo em perigo seus ecossistemas e exercendo pressão sobre as culturas locais. Níveis de 4° C de aquecimento, ou um desmatamento de 40% constituem “pontos de inflexão” do bioma amazônico rumo à desertificação, o que significa a transição para uma nova condição biológica geralmente irreversível. E é preocupante que atualmente já nos encontramos entre 15 e 20% de desmatamento.

Frente a esta realidade, faz-se necessário considerar as formas de resistências como apresenta um desses povos. No caso aqui tratado, o povo Mbya Guarani, que vem resistindo historicamente frente a violência e saques impostos pelos projetos colonizador e neo-colonizador, assim como outros povos sobreviventes. O modo de vida e ser Mbya Guarani constitui, assim, um dos últimos refúgios de saber e ensinamentos que pode impedir a destruição da Amazônia.

Mbya Guarani: história e realidade

Os povos indígenas das mais diversas partes do mundo estão sendo pressionados a deixar suas terras para que estas fiquem livres para os grandes projetos econômicos extrativistas e agrícolas, que não prestam atenção à degradação da natureza e da cultura (FRANCISCO, *LS*, n. 146, 2015). Estudar a cultura e história do povo indígena é relevante, uma vez que mostra uma realidade distinta dos dias atuais.

Os Guarani podem ser conceituados como “um conjunto de povos falantes de formas dialetais componentes da língua guarani. Esta, por sua vez, integra numa esfera mais ampla a família linguística Tupi-Guarani, que é parte constituinte do grande tronco linguístico Tupi” (PRADELLA, 2009, p.39).

Bartomeu Meliá, uma das referências contemporânea dos estudos e pesquisa sobre os Mbya Guarani esclarece que “Os guarani são povos que se movimentam numa ampla geografia, com migrações eventuais a regiões muito distantes e com frequentes deslocamentos dentro de uma própria região. Não são propriamente nômades, mas colonos dinâmicos” (MELIÁ, 1989, p. 336).

De acordo com Meliá, Saul e Muraro (1987, p. 17) os Guaranis, são um dos grupos de índios mais antigos e que estão entre nós até hoje,

As notícias etnográficas relativas a eles vêm, pois, sem solução de continuidade, desde 1528, em que pela primeira vez se registra o nome Guarani na carta de Luis Ramírez, até manchetes de jornais absolutamente hodiernas e pesquisas sobre a sua situação atual, em vias de publicação. O Guarani, como povo, está também intimamente ligado à história nacional e à formação social do Paraguai, e de regiões significativas da Argentina, como Corrientes e Misiones, do Brasil — Rio Grande do Sul e Paraná, Santa Catarina e São Paulo —, da Bolívia — Santa Cruz de la Sierra — e até do Uruguai.

Bartomeu Meliá (1989, p. 293) notável por seus trabalhos sobre povos guarani, cuja contribuição etno-histórica é de total relevância, explica que,

O Guarani é um povo em êxodo, embora não desenraizado, pois a terra que procura é a que lhe servirá de base ecológica, amanhã como em tempos

passados. Durante os últimos 1.500 anos - período em que as tribos Guarani podem se considerar formadas com suas características próprias - os Guarani se mostraram fiéis à sua ecologia tradicional, não por inércia, mas pelo trabalho ativo que supõe a recriação e a busca das condições ambientais mais adequadas para o desenvolvimento de seu modo de ser.

Os Guaranis sempre resistiram ao domínio dos colonizadores, todavia,

Com a chegada dos conquistadores, o território ocupado pelos Guarani torna-se palco de disputas entre portugueses e espanhóis. Com o intuito de ampliar seu próprio domínio, aos espanhóis interessava “ampliar” o território de seus aliados “guarani”, sucedendo o mesmo com os portugueses e seus aliados “carijó”, sobrepondo classificações e divisões tribais segundo seus próprios interesses. Denominação dos povos que em ampla extensão de terra falavam a mesma língua, alguns povoados caracterizados como de índios rebeldes e guerreiros, e outros como pacíficos e submissos, os termos “guarani” e “carijó” (ou “cario”) foram empregados pelos cronistas e historiadores sem detalhar diferenças dialetais ou culturais (GUARANI MBYA, 2019, p. 1).

Conforme Meliá (1990, p. 33-34) os Mbya Guaranis “[...] chegaram a ocupar as melhores terras da bacia dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, e do sapé da Cordilheira”. Mas estes índios, são considerados como,

[...] errantes ou nômades, estrangeiros (do Paraguai ou Argentina) etc. Esse fato, aliado à aversão desses índios em brigar por terra, via de regra era distorcido de seu significado original e utilizado para reiterar a tese, difundida entre os brancos, de que os Guarani não precisavam de terra pois nem “lutavam” por ela (LADEIRA, 1992, apud GUARANI MBYA, 2019, p. 3)

Saguiet (1980, apud LADEIRA, 2014, p. 57) destaca que antes da chegada dos colonizadores europeus,

Os guaranis integravam a grande família, ou a nação conhecida com o nome de Guarani-Tupi. A mesma ocupava uma vasta região que, de maneira descontínua descia pelas costas do Oceano Atlântico desde a desembocadura do Amazonas até o estuário Platino, estendendo-se rumo ao interior até os contrafortes andinos, especialmente em volta dos rios. A família Guarani-Tupi habitava, pois, grande parte dos atuais territórios do Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai, Guayana, Bolívia, Peru e Equador. O núcleo guarani propriamente dito se centrava entre os rios Paraná e Paraguai com certas prolongações; pode-se dizer que os guarani habitavam a atual região oriental do Paraguai, o estado de Mato Grosso e parte da costa Atlântica, no Brasil, e a

província de Misiones na Argentina, com algumas fixações em território boliviano pelo noroeste e Uruguai pelo sudeste.

O sistema de relações de reciprocidade que vigorava entre os povos de língua Tupi-Guarani foi trocado pela intervenção dos colonizadores,

[...] cujos interesses de ordenação e controle territorial veicularam a atribuição de identidades genéricas, cerceadas dentro de limites espaciais, alheios às concepções e modalidades indígenas de ocupação do espaço. O sistema de encomendas e as missões jesuíticas foram se constituindo como as principais instâncias coloniais de controle e contenção das movimentações guarani em vista de exploração de sua mão-de-obra e da incorporação compulsória destas populações à sociedade colonial, através das práticas de concentração e confinamento territorial. Ao mesmo tempo, a redução foi também cenário de rebeliões, movimentos silenciosos e constantes de pessoas e famílias guarani, assim como de migrações intensas (CICCARONE, 2011, p. 138).

De acordo Litaiff (2004, p. 18) os jesuítas contataram os Guarani neste período de crises.

A colonização, a escravidão, a expansão ibérica sobre a região do Prata provocaram o início do fim do antigo mundo guarani. Entretanto, esses índios viam os Jesuítas como líderes carismáticos que, como seus próprios xamãs, também gozavam de poderes mágicos, generosidade e grande eloquência. Em outras palavras, estes missionários eram considerados pelos Guarani como sendo poderosos xamãs, que haviam trazido uma nova tecnologia, dentre outras vantagens. [...] estes índios acreditavam nos poderes sobrenaturais desses novos xamãs, assim como os próprios Jesuítas acreditavam ter esses poderes.

Segundo Liebgott (2017) a vida e o modo de ser dos povos indígenas, assim como das demais comunidades tradicionais, não contam para o sistema, não somam ao governo, não agregam força política. Ao contrário, aqueles que eventualmente assumem o compromisso com seu dever constitucional de assegurar-lhes os direitos territoriais e étnicos têm sofrido represálias políticas e jurídicas. Complementa ainda o autor, os povos indígenas compõem, junto com outros setores da sociedade, os núcleos de resistência a esse sistema de exploração.

No início do século XIX e XX, os pesquisadores começam a registrar diferenças entre povos indígenas. Os Guarani são atualmente um dos povos

indígenas mais numerosos no Brasil. No território brasileiro, podem ser encontradas três das sete parcialidades Guaraní, com diferenças dialetais, de costumes e de práticas rituais, conforme Figura 1.

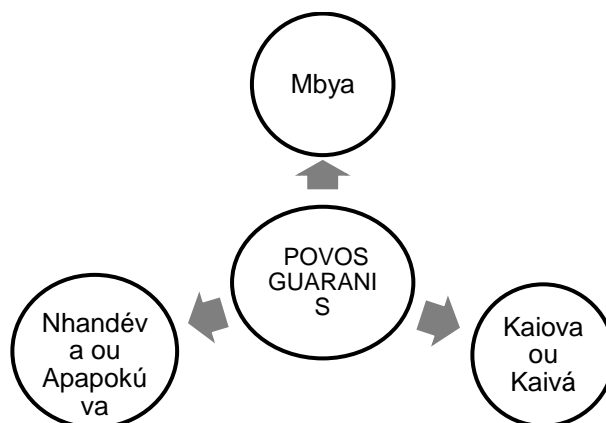


Figura 1 - Classificação dos Guaranis na década de 50.
Fonte: Elaborado a partir de Schaden (1974).

As narrativas com maior ênfase no grupo dos Mbya-Guaranis, que são aqui expostos por tratar de um povo que tem em seu *ethos* caminhar em busca da terra sem mal, adentraram ou quem sabe, retornaram a região amazônica, no Pará e na Amazônia boliviana.

Segundo Ladeira (2014), Mbya seria um dos dialetos da língua guaraní, que concerne à família tupi-guaraní, do tronco linguístico tupi.

O termo Mbya é apresentado usualmente com significado que designa habitantes das matas, e esse subgrupo se encontra estabelecido em aldeamentos onde suas relações sociais e de parentesco, e as cosmológicas com o sobrenatural se reproduzem e se atualizam, conferindo-lhes um modo de vida muito peculiar. A vida na aldeia, espaço denominado por eles mesmo como tekoha, e suas relações dão o sentido do que é o modo de ser e viver dos Mbya, caracterizando o lugar que possibilita não apenas sua subsistência como também a materialização de seus costumes, além de suas práticas espirituais (LADEIRA, 2014, p. 3).

Nesta acepção, é possível dizer que a percepção dos Mbya Guaraní de humanidade possui uma graduação, na qual eles estariam mais próximos do ideal do humano em sintonia e profundo respeito com a natureza.

Segundo Guimarães (2005, p. 113) León Cadogan foi quem tornou os Mbyas conhecidos pelas suas etnografias. O pesquisador conheceu,

[...] no Paraguai, uma sociedade Mbya que tinha uma grande aversão ao censo. Esse grupo dizia que, se os seus membros fossem obrigados a participar do censo, eles iriam para a Argentina ou para o Brasil. Eles acreditavam que o censo tinha como finalidade conhecer a quantidade deles para fixá-los em uma reserva. No entanto, com o tempo, eles passaram a se submeter a algumas imposições das sociedades nacionais (GUIMARÃES, 2005, p. 113)

Na visão de Ladeira (2014, p. 33) estudo recentes sobre os Guarani apontam que “[...] os Mbya descendem dos grupos que não se submeteram aos encomenderos espanhóis e tampouco às missões jesuíticas, refugiando-se nos montes e nas matas subtropicais da região do Guaira paraguaio e dos Sete Povos”.

Disseminados em pequenos núcleos numa extensa área, os Guarani hoje existentes em território nacional se caracterizam pela multiplicidade de situações de contacto interétnico, oferecendo ao antropólogo a possibilidade de estudar os fenômenos aculturativos em ampla escala de variação (SCHADEN, 1974, p. 6).

A identidade étnica dos Mbya Guarani, segundo Teao (2015, p. 323) “[...] é elaborada a partir dos deslocamentos [...]”. Os Mbya Guarani, têm como uma das principais características a realização do oguata porã (caminhada) e eles acreditam na Yvy marãey, Terra sem Mal (LADEIRA, 2014, p. 61).

Ainda que os Mbya priorizassem aspectos míticos visando justificar as migrações, buscavam, ao longo de suas rotas, habitar em locais que ofereciam condições ambientais favoráveis à manutenção do seu modelo cultural, todavia as áreas disponíveis nem sempre apresentavam as condições ideais. Importante assinalar que, embora os deslocamentos em busca da Terra Sem Mal não se justificavam apenas visando questões ambientais, estes por sua vez, são parte de seu patrimônio econômico e cultural (VIETTA, 1997).

Sobre os deslocamentos dos Mbya, Schaden (1974, p.5) ressalta que:

[...] as migrações mais recentes foram as de algumas levas de Mbüa do Leste paraguaio e Nordeste Argentino que, atravessando o Rio Grande do Sul, Santa

Catarina e o Paraná, chegaram ao litoral de São Paulo. Tenho notícias de três grupos, um vindo por volta de 1924, outro vindo em 1934 e um terceiro, que chegou em 1946, igualmente vindo do Paraguai meridional, de território contíguo à província argentina.

Historicamente, segundo Garlet (2002) diversos fatores motivaram os deslocamentos dos Mbya. Neste sentido, a figura mostra as principais motivações de ordem interna para os deslocamentos:

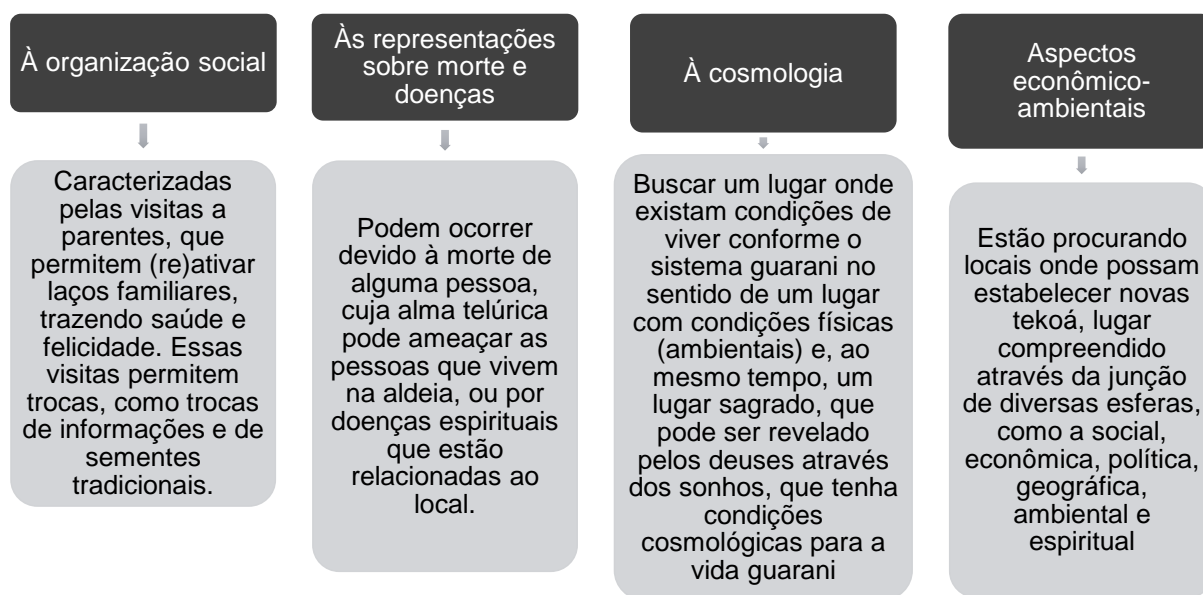


Figura 2 - Motivações dos deslocamentos Mbya.

Fonte: Elaborado a partir de Baptista (2011, p. 65).

Meliá (1990, p. 33) afirma que “[...] a busca da terra sem mal é o motivo fundamental e a razão suficiente da migração guarani. E nesta se insere a especificidade da economia das tribos”. A terra sem mal é, certamente, um elemento essencial na construção do modo de ser guarani.

Neste sentido, afirma Ciccarone (2011, p. 140), que

Os Mbya ocupam regiões no nordeste da Argentina e do Uruguai, na região oriental do Paraguai e no interior e litoral do sul e sudeste do Brasil, até o Espírito Santo. Na costa atlântica, os Mbya, nas décadas de 1960 e 1970, passaram a predominar numericamente sobre os Nhandeva e a expandir seu território como resultado de intensas migrações para leste, desencadeadas a partir do início do século XX constituindo atualmente a maior população indígena da costa sul e sudeste do Brasil.

De acordo com Teao (2015, p.43-44) no Brasil,

A presença guarani no século XVI abrangia uma imensa área, que ia desde os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. No Brasil, a maior parte dos grupos guarani encontravam-se nas regiões de matas, ao longo do litoral e nos locais compreendidos entre os rios Paraná e Paraguai. Nos campos abertos da região Sul, habitavam os povos ancestrais dos Kaingang, Xokleng, Charrua e Minuano, entre outros. Os Guarani viviam em médias e grandes extensões de terras, chamadas de províncias pelos europeus, como Cario, Tobatin, Guarambaré, Itatín, Mbaracayú. Guairá, Tayaoba, Paraná, Uruguai, Tape. Esses territórios guarani recebiam o seu nome devido às áreas controladas por caciques indígenas e existe a possibilidade desses cacicados terem formado regiões autônomas e de suma importância para este povo. Os antigos Guarani denominavam esses espaços de guará, onde praticavam o sistema de rotação de culturas, praticavam a caça e cujos limites territoriais eram estabelecidos por rios e matas.

Ao longo do século XX, conforme Teao (2015, p. 48) os Mbya continuaram realizando deslocamentos motivados principalmente pelos “[...] contatos com os não índios, com os fazendeiros, os colonos e o Estado. Muitas vezes, os caminhos percorridos pelos Guarani do Espírito Santo já haviam sido percorridos pelos seus antepassados, conforme veremos mais adiante.”

Ladeira (1997 apud GUARANI MBYA, 2019, p. 3) os Guarani Mbya mantêm a configuração de seu “território tradicional”,

[...] através de suas inúmeras aldeias distribuídas em vasta região abrangendo regiões no Paraguai, na Argentina, no Uruguai e no Brasil, constituindo-se o mar seu limite terreno. Assim, para os Mbya, o “conceito de território” supera os limites físicos das aldeias e trilhas e está associado a uma noção de “mundo” que implica na redefinição constante das relações multiétnicas, no compartilhar espaços etc. O domínio de seu território, por sua vez, se afirma no fato de que suas relações de reciprocidade não se encerram exclusivamente nem em suas aldeias, nem em complexos geográficos contínuos. Elas ocorrem no âmbito do “mundo” onde se configura este seu território. Desse modo, o domínio de um amplo território pelos Guarani acontece através das dinâmicas sociais, econômicas, políticas e de movimentos migratórios realizados ainda hoje sobretudo por famílias do subgrupo Mbya.

Os Mbya Guaranis sempre buscavam um perfil específico de local para ocupação, espaços físicos de acordo com uma base ambiental adequada para certas práticas de cultivo. Por isso estavam sempre em constante migração,

na busca da terra-sem-mal, essa é a terra boa, essa é a terra áurea e perfeita, isso tornou-se um elemento constitutivo do próprio modo de ser guarani.

Segundo Meliá (1990) o habitat preferencial dos Mbya Guaranis apresentavam parâmetros descritos na Figura 3:

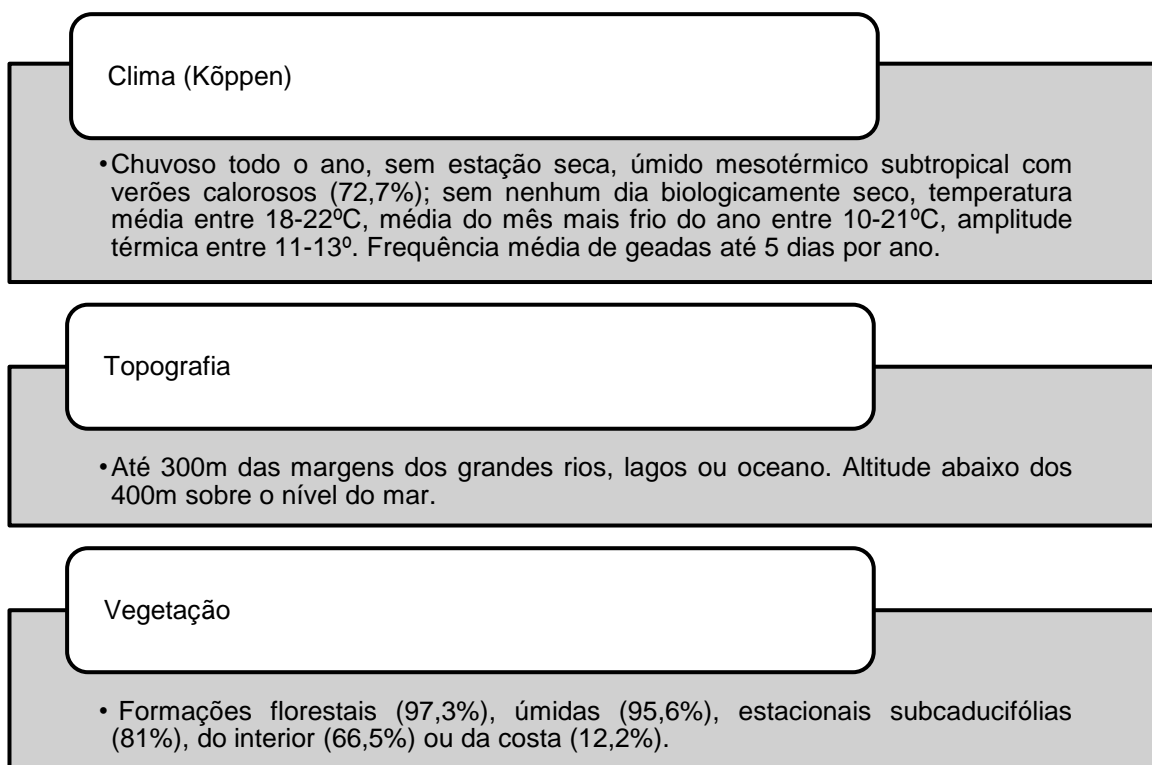


Figura 3 - Habitat preferencial dos Mbya Guaranis.

Fonte: Elaborado a partir de Meliá (1990).

Portanto, é certo afirmar que os Mbya Guarani procuraram sempre ocupar terras mais aptas para seus cultivos,

[...] terras que oferecem um horizonte ecológico muito bem definido cujos limites dificilmente são rompidos. Pode se falar, com muita propriedade de uma “terra guarani” que, raramente, se desmente. Os guarani escolheram climas úmidos, com uma temperatura média entre 18 e 22 graus C. Localizaram-se preferentemente às margens de rios e lagoas, em lugares que não passam dos 400 metros sob o nível do mar, habitando bosques e selvas típicas da região subtropical (MELIÁ, 1989, p. 336).

Tempass (2010, p. 14) explica que os Guarani Mbya buscam somente lugares

[...] onde há condições ecológicas e simbólicas para vivenciarem a sua cultura, são edificadas as aldeias do grupo, chamadas de tekohá. Assim, os Mbya-Guarani vivem em 20 “ilhas” dentro do seu vasto território. Antigamente entre as “ilhas” Mbya Guarani viviam outros grupos indígenas. Atualmente a sociedade envolvente também ocupa este espaço. Em muitos casos ocupa até as “ilhas”.

Também, Ladeira (2014, p. 163) ressalta que muitas das aldeias mbya do litoral estavam localizadas em montes que possibilitam a visão do mar, mesmo que a uma distância considerável.

Os montes são estratégicos em pelo menos três situações: permitem-lhes antever uma nova e eventual inundação (embora a previsão sobre a próxima destruição é que esta ocorrerá por meio do fogo); possibilita ver, sem serem vistos, a chegada de estranhos e de visitantes à aldeia e, portanto, de se prepararem para a recepção: a travessia do mar em direção à yvy maraëy é feita no apyka flutuando no ar sobre as águas, de modo que, nos montes, os Mbya ficam mais perto do firmamento (ara ovy), mais perto do local do nascimento do Sol nhanderenondére e, portanto, de seu destino.

Historicamente, a busca da terra sem mal estrutura o pensamento e vivências dos Mbya; “a ‘terra sem mal’ é a síntese histórica e prática de uma economia vivida profeticamente e de uma profecia realista, com os pés no chão” (MELIÁ, 1989, p. 293).

Espiritualidade na perspectiva dos Mbya Guarani

Os Mbya Guarani têm um olhar distinto em relação ao nascimento e a morte. Neste sentido afirma Ladeira (2014, p. 121),

O nascimento de uma criança, e a grande expectativa com relação à origem de sua alma, tem seu fundamento no fato de que ela pode contribuir para a realização do ideal coletivo, isto é, do seu tekoa. [...] A morte, para os Mbya, tem seu sentido social na medida em que é o termômetro que indica o grau de sanidade do tekoa, em que pode ser fator indicativo de novos caminhos, agindo como alerta, reafirmando as normas corretas da conduta social. Portanto a morte, para os Mbya, é interpretada tendo em vista critérios diferenciados, de acordo com a forma, situação e os motivos de sua ocorrência. Desse modo, as mortes também trazem indicações distintas se foram súbitas, trágicas, de crianças pequenas, realizadas por feitiços, por doenças, etc. Ainda

assim, a morte é a contradição necessária do destino, o desafio que alimenta sua busca. Mas o culto não é feito aos mortos e sim àqueles que o apyka conduziu em vida à Yvy Maraëy.

Pradella (2009, p. 1367) acrescenta que a morte também pode ter como decorrência a produção de espaços de exclusão.

O falecimento de um xamã considerado poderoso que tenha tido em vida um comportamento ambíguo é um acontecimento capaz de mobilizar todo um grupo de parentes a abandonar um local por conta da possível presença de seu angué. Os caminhos que levam a um lugar onde são enterrados os mortos devem ser evitados. Quando há necessidade de que sejam percorridos, esta é uma caminhada feita com ressalvas já que se diz que por estes caminhos circulam as sombras dos espíritos telúricos.

Para os Mbya guarani religião e medicina estão fortemente relacionadas, pois acreditam que o bem estar e a saúde estão amarrados, tanto à saúde corporal, como espiritual. Estar com o corpo e o espírito fortalecidos, é essencial para sua comunicação com os deuses, curando as doenças mais diversas e seguindo os conselhos das divindades para que um dia possam tornar-se iguais a elas (BAPTISTA, 2011).

O sistema de crenças e valores constitui, pois o grupo como tal, e, reciprocamente, esse fechamento decidido sobre o seu eu leva o grupo, cioso, depositário de um saber honrado até o mais humilde será permanecer o fiel protetor de seus deuses e o guardião de sua lei (CLASTRES, 2003, p. 178).

Entre os Mbya, a liderança espiritual é exercida pelo,

Tamoi (avô, genérico) e seus auxiliares (yvyraija), podendo ser exercida também por mulheres Kunhã Karai. Atualmente, cada comunidade tem um chefe político, o cacique, ao qual estão subordinadas jovens lideranças para intermediar nas relações entre a comunidade indígena e os representantes do Estado e vários setores da sociedade civil. Até meados da década de 1990 era comum, entre os Mbya, o líder espiritual e religioso exercer também a chefia política na comunidade. Em períodos de muitas atribuições decorrentes do contato, como ocorre atualmente, esta prática é impossível pois o líder espiritual precisa ser preservado (GUARANI MBYA, 2019, p. 6).

Na visão de Ladeira (2014, p. 72-73) para os Mbya “viver os mitos” como “experiência religiosa” não se distingue da vida cotidiana, pois:

[...] o cotidiano está impregnado de relações míticas com o universo. Para colocar em prática o objetivo final, alcançar *yvy maraëy*, que significa em termos reais a sobrevivência do povo mbya, é preciso viver um cotidiano determinado pelo mito. Nesse sentido, a religiosidade, advinda do relacionamento ou da convivência com as divindades - os pais das almas e as criaturas primordiais - permeia naturalmente os atos cotidianos. Podemos constatar que até as atividades profanas, como os trabalhos remunerados e o comércio do artesanato, são atividades cuja prática se acentua pela necessidade de se obter recursos para realizarem suas viagens (-guata).

Considerações finais

Numa perspectiva decolonial como propõe Juan José (TAMAYO, 2019) “El discurso decolonial tiene como base estructural el lugar donde se produce el conocimiento alimentado por las luchas y resistencias y guiado por la utopía de Otro Mundo posible”.

Nesta perspectiva, o *guata* traduzindo por caminhar pode se dizer que compreende a forma de ser Mbya Guarani, no sentido de estar em movimento, resistindo, tendo em vista a sobrevivência física e cultural. A forma despojada e de profundo respeito à natureza, sentindo-se parte dela, traz uma nova perspectiva de vida e respeito a Casa Comum para que ela continue sendo geradora de vida e lugar do bem viver, onde a vida e não o lucro sejam determinantes.

O Bem Viver ou *Sumak Kawsay*, conforme (SUESS, 2010), “Os povos *quéchua*, no Equador, compreendem seu passado como um mundo imerso no Bem Viver, que, hoje, seria a convivência harmoniosa entre cosmo, natureza e humanidade”. Esta proposta se articula em torno de um novo paradigma do “bem viver”, vivenciado por diversos povos indígenas na Amazônia e em toda América Latina, e pode inspirar a sociedade não-índia a repensar valores e práticas da cultura do extremo consumismo depredador, próprio do sistema capitalista neoliberal. Pode-se aprender a se re-humanizar ao abrir-se para Bem Viver das culturas indígenas, e buscar viver um projeto

de vida concreto, capaz de revolucionar a maneira de pensar e de interagir com a natureza e com o outro, totalmente outro.

Numa perspectiva sinodal a Igreja na Amazônia, entre diversos desafios, necessita de uma presença efetiva, engajada e solidária nas lutas dos Povos da Floresta e de continuidade das ações proféticas frente à política anti-indígena, ecocida e etnocida em curso.

Referências

BAPTISTA, M. M. *O Mbya reko (modo de ser guarani) e as políticas públicas na região metropolitana de Porto Alegre: uma discussão sobre o etnodesenvolvimento*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.

CADOGAN, L. *Ayvú Rapytá; textos míticos de los Mbya Guarani de Guairá*. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1959.

CICCARONE, C. Um povo que caminha: notas sobre movimentações territoriais guarani em tempos históricos e neocoloniais. *Dimensões*, v. 26, p. 136-151, 2011.

CLASTRES, P. *A sociedade contra o estado: Pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, [1974] 2003.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONARIO www.cimi.org.br

FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si*[LS]. Libreria Editrice Vaticana, 2015.

INSTRUMENTUM LABORIS [IS], www.sinodoamazonico.va. Vaticano, 17 de junho de 2019.

GARLET, I. J.; ASSIS, V. S. de. A imagem do kechufta no universo mitológico dos Mbya-guarani. *Revista de História Regional*, v. 7, n. 2, p. 99-114, 2002.

GUARANI MBYA. Disponível em:
<<https://pib.socioambiental.org/pt/PovoGuaraniMbya>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

GUIMARÃES, S. M. F. Panorama guarani (Mbya, nhãdeva, kayová, chiriguano. *Habitus*. Goiânia, v. 3, n. 1, p. 107-124, jan./jun. 2005.

LADEIRA, M. I. *O caminhar sob a luz: Território mbya à beira do oceano*. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista – CTI, 2014.

LITAIFF, A. Os filhos do sol: mitos e práticas dos índios MbyaGuarani do litoral brasileiro. *Tellus*, Campo Grande – MS, ano 4, n. 6, p. 15-30, abr. 2004.

LIEBGOTT, R. A. Um governo de curto prazo e programado para devastar direitos. *Partido Comunista Brasileiro*, 2017. Disponível em: <<https://pcb.org.br/porta12/18124/um-governo-de-curto-prazo-programado-para-devastar-direitos/>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

MELIÁ, B. Uma teologia Índia posible e necessária. *Revista Acción*, n. 224, jun. 2002.

MELIÁ, B. *El Guarani conquistado e reducido*, 1986.

MELIÁ, B. *O rosto índio de Deus*. Petrópolis: Vozes, 1989.

MELIÁ, B. A experiência religiosa Guarani. In: MARZAL, Manuel et ali. *O rosto 160 índio de Deus*. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 293-357.

MELIÁ, B. A Terra Sem Mal Dos Guarani - Economia e profecia. *Revista de Antropologia*, p.33-46, 1990. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/ra/article/download/111213/109495>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

MELIÁ, B.; SAUL, M.V. de A.; MURARO, V.M. *O Guarani: uma bibliografia etnológica*. Santo Angelo: Fundação Missioneira de Ensino Superior, 1987.

SCHADEN, E. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. 3. ed. São Paulo: EPU, Ed. Universidade de São Paulo, 1974.

SUESS, P. *Elementos para a busca do Bem Viver (Sumak Kawsay) para todos e sempre*. 2010.

TAMAYO, J. J. *Decolonialidad y Prácticas Emancipatórias*, 32 Congresso de la Sociedad de Teología y prácticas emancipatórias, 2019.

TEAO, K. M. *Território e identidade dos Guarani Mbya do Espírito Santo (1967- 2006)*. Tese (Doutorado em História Social) — Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2015.

TEMPASS. M. C. *“Quanto mais doce, melhor”*: Um estudo antropológico das práticas alimentares da doce sociedade Mbya-Guarani. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — UFRGS, Rio Grande do Sul, 2010.

VIETTA, K. Os homens e os deuses: a construção Mbya do conceito de sociedade. *Multitemas* n. 3, maio, p. 76, 1997.

RECEBIDO: 15/09/2019
APROVADO: 27/03/2020

RECEIVED: 09/15/2019
APPROVED: 03/27/2020